



O resgate da memória indígena na reportagem “Onde a História é oca”¹

Caio CASTELO²

A. S. MENEZES³

Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE

RESUMO

O “esquecimento” da participação dos povos indígenas como sujeitos ativos na história de nosso país motivou a realização da reportagem “Onde a História é oca”. Por mais que esta participação esteja evidente em documentos até hoje preservados e na própria resistência da cultura das tribos até os dias atuais, os meios de comunicação e a chamada História oficial vêm suprimindo há séculos uma grande fração de nossa história em função de interessados em tirar proveito de um falso desaparecimento indígena para com isso acumular terras, mão-de-obra, recursos, prestígio social e outros benefícios. A apropriação, portanto, de um meio jornalístico para, através dele, relatar dados obtidos em pesquisas sérias e sem comprometimentos busca aliar informação e consciência histórica. O próprio teor interdisciplinar deste artigo completa essa proposta.

PALAVRAS-CHAVE: História; identidade; indígena; Jornalismo; memória.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a descrever o processo de pesquisa e apuração da matéria “Onde a História é oca”, produzida durante a disciplina de Projeto Experimental e publicada como matéria de capa na 15ª edição do jornal-laboratório Sobpressão, sob a orientação do professor Antônio Simões. A reportagem parte da análise de documentos, dados estatísticos e trabalhos de pesquisadores, que dedicaram páginas à ainda pouco estudada história indígena e aos mecanismos que lhe negaram seu espaço de direito na historiografia oficial durante todo esse tempo, para buscar um maior entendimento do contexto no qual a cultura indígena se encontra inserida atualmente no Nordeste e como seus integrantes lidam com ele.

“A afirmação de que não existem mais índios no Nordeste é muito freqüente, mesmo no ambiente acadêmico. Muitos se dizem indignados

¹ Trabalho submetido ao XVI Prêmio Expocom 2009, na Categoria Jornalismo, modalidade produção em jornalismo interpretativo.

² Aluno líder do grupo e estudante do 7º. Semestre do Curso de Jornalismo da UNIFOR, email: caio_benevides_1@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Jornalismo da UNIFOR email: simoes@unifor.br.

frente ao que chamam de ‘encenação’, os atos públicos nos quais os índios contemporâneos buscam interagir e conquistar adesões à sua causa, via de regra trajando uma indumentária que remete ao índio pré-colonial, adequando-se a uma imagem de índio que estamos acostumados a cultivar, aprendida e apreendida nos primeiros anos da vida escolar” (SILVA, 2005, p.15).

De acordo com dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000, existiam 241 povos indígenas falando 180 línguas diferentes espalhados pelo Brasil, dentre eles um contingente de apenas 12.298 índios no Ceará, formando 1,66% da população do estado. Até os anos 1980, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sequer reconhecia que houvesse povos indígenas no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. No entanto, tais números e critérios utilizados para obtê-los são questionados por outras entidades, como será visto mais adiante. Isso é fruto de discordâncias entre os órgãos acerca da identidade de determinados indivíduos como pertencentes a uma cultura característica.

Cabe aqui também atentar para a freqüente ingenuidade de reduzir o índio a “visões preconceituosas e estereotipadas, cristalizadas ao longo da história, que insistem em apresentá-lo como indolente, preguiçoso, de espírito belicoso e selvagem” (LEITE NETO, 2006, p.17). Representações assim, baseadas na caracterização vigente desses povos ainda no início do processo de colonização, ignoram as mudanças que ocorrem ao longo dos anos em qualquer sociedade e a pluralidade da cultura, que já se comprova pela própria variedade lingüística aqui já citada que existe entre as etnias.

É em conceitos semelhantes que se amparam os argumentos defensores do desaparecimento das sociedades indígenas do Brasil, pois trazem uma carga ideológica construída ao longo de muitos anos na história conforme interesses de classes dominantes, relegando toda atividade indígena de nossa história a um papel aparentemente insignificante, o que culminou numa das maiores injustiças históricas de nosso país. Reflexo disso é a insuficiência de menções em nossa história a heróis ou mártires índios, pois vem enraizado há tempos o costume de não se respeitar suas individualidades. Após um longo período de silenciamento oficial quanto ao reconhecimento étnico, provocado pelo intenso processo de miscigenação e incorporação dos índios na sociedade colonial, é apenas no fim do século XX que os índios “reaparecem” exigindo serem reconhecidos com suas terras e ainda integrantes de culturas que, mesmo modificadas com o tempo e as circunstâncias, mantêm a essência mesma que lhes é própria ainda hoje.



2 OBJETIVO

Por ser uma reportagem inserida num jornal-laboratório, logo, fora do imediatismo e das simplificações da grande-mídia, “Onde a história é oca” visa oferecer uma leitura mais analítica acerca da questão histórica indígena, contextualizando-a em meio a relações de poder assimétricas e imposições unilaterais de cunho social e cultural.

Tendo em vista que “o sistema de ciclos ao longo do dia noticioso tende para a abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de primeiros planos, à custa do aprofundamento e do background” (SCHLESINGER, 1993 in TRAQUINA, p.177), a proposta se estende ainda a romper com conceitos superficiais acerca de identidade indígena construídos tanto pela história oficial como pelos meios de comunicação, ambos agentes comprometidos com os interesses do poder vigente durante todo o processo.

Essa abordagem se apropria de mecanismos da História e da Comunicação para, por meio e por meios deles, encontrar um denominador comum entre informação e consciência histórica. As informações colhidas com esse fim em documentos históricos, dados estatísticos, bibliografias das ciências sociais e entrevistas compõem mais um dos ainda insuficientes espaços que discutem sobre o tema e dão sua contribuição para que a História oficial possa aprender com seus próprios erros do passado e não cometê-los novamente no futuro.

3 JUSTIFICATIVA

Em contraste com os números fornecidos na década de 1980 (pág. 1), em 2005, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) já contabilizava 17.170 índios no Ceará, distribuídos em nove etnias. Outras associações, como a Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará (COPICE), chegam a reconhecer no mesmo território 16 etnias com 30.000 indígenas. Trabalharei com a hipótese de que tal disparidade é resultado de discordâncias acerca do conceito de identidade étnica e considerando que o proposto por Max Weber é o que melhor se adéqua ao grupo estudado:

“Chamaremos de ‘grupos étnicos’ aqueles grupos humanos que, baseando-se nas semelhanças de hábitos, costumes, ou ambos, ou em históricos de colonização e migração, cultivam uma crença subjetiva numa origem comum de tal sorte que essa crença é importante para a ampliação destas comunidades” (WEBER, 1974: p. 318).

Portanto, se observarmos os ritos de tribos indígenas que vêm sendo mantidos há séculos, assim como seu patrimônio histórico e lingüístico transmitido ao longo de gerações principalmente pela oralidade, fica difícil acreditar no real desaparecimento indígena, pois “o impacto da civilização sobre as populações tribais dá lugar à transfiguração étnica e não à assimilação plena” (RIBEIRO, 1970). Dessa forma Darcy Ribeiro sintetiza o chamado período de silenciamento, durante o qual muitos índios precisaram esconder sua identidade por se sentirem ameaçados, o que funcionou como um mecanismo de defesa para a própria cultura.

Analisando documentos do período da Revolução Pernambucana de 1817, fica evidente a participação indígena a serviço de causas do poder nacional de pelo menos duas formas, embora não relatadas hoje nos livros de História. A primeira, na função de transportadores de mensagens entre o governo da província cearense e os rebeldes de Pernambuco, conforme pode ser visto no ofício do então governador Manuel Ignácio de Sampaio ao sargento mor José Agostinho Pinheiro:

“... passa quanto antes a examinar os dois Índios Correios ultimamente vindo de Pernambuco perguntado-lhes e indagando delles mui circunstanciadamente tudo o que se passaram na sua viagem, e com particularidade as perguntas que lhes fez Domingos Jose Miz hum dos membros da Junta Revolucionaria, sobre minha pessoa...”⁴

E a segunda, mais recorrente nas documentações, diz respeito à participação de índios como força militar na captura “de Rebeldes que se achão dispersos em vários pontos dos Certões [...] para o que são mais proprias as Tropas de Indios de que os Soldados de Linha”⁵. No entanto, o “respeitavel corpo de Indios armados de arco e frexa” não mais o era no momento em que isso não fosse mais conveniente para o poder. Assim, os povos indígenas, além de serem recrutados para uma luta que não era deles, “eram iguais aos brancos, tendo os mesmo direitos em relação à terra, mas já não o eram a ponto de se auto governarem” (COSTA, 2008, p. 6).

Nessa perspectiva, foi-se construindo uma suposta extinção indígena para, assim, o governo provincial se apropriar de suas terras sob o pretexto de que “não há nesta diocese

⁴ Port^a. ao Sargt^o mor Dir^o de Arronches p^a examinar 2 Indios Correio vindos de Pernambuco sobre os objectivos abaixo declarados. Livro L97: *Registro de Ofício aos Capitães Mores, Comandantes de Distrito e Diretores de Índios, 1816 – 1817*, p. 114v

⁵ Livro L97: 1817, p. 136v



aldeamentos de índios, uma vez que alguns poucos índios que ainda existem nesta província já estão civilizados e vivem em comum com o resto da população, dispensados aldeamentos e trabalhos de catequese.”⁶ No entanto, conforme salienta João Leite Neto (2006), a incorporação de outros valores culturais às tradicionais formas de organização social dos índios não anula sua identidade étnica.

Prova disso é o recente “ressurgimento” de muitos desses povos exigindo e reconquistando alguns de seus direitos originais, muito embora a história ainda não lhes tenha feito a devida justiça e eles tenham seus próprios mecanismos para contá-la entre si como resquícios de uma cultura por muitos anos clandestina. Só recentemente alguns esforços foram realizados nesse sentido, a exemplo dos trabalhos aqui citados, mas ainda de maneira tímida se comparada à quantidade de evidências das quais dispomos.

Se entendemos nossa cultura conforme suas origens e posteriores transformações, o mesmo se aplica a qualquer outra, pois “as sociedades modernas são (...) sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 1997, p.15). Mas por mais que a cultura indígena guarde muitas características que a definem de fato como uma sociedade tradicional, sua história, como já foi demonstrado, converge ativamente muitas vezes com a construção da sociedade moderna na qual vivemos atualmente, mesmo que com valores incompatíveis. Com a quebra de unidade provocada pela colonização, as comunidades indígenas não se extinguíram, apenas tornaram-se mais plurais ao viverem apartadas durante tanto tempo de forma heterogênea ao longo do nordeste brasileiro. E por isso hoje o ideal é que cada etnia seja considerada em suas respectivas peculiaridades históricas e culturais em cada região e seu contexto. Manuela Carneiro da Cunha aplica às comunidades indígenas o já observado por Weber em relação a grupos étnicos em geral:

“Comunidades indígenas são, pois, aquelas que, tendo uma continuidade histórica com sociedades pré-colombianas, se consideram distintas da sociedade nacional. E índio é quem pertence a uma dessas comunidades indígenas e é por ela reconhecido” (CUNHA, 1987).

Foi com tais implicações em mente que se abordou durante a realização da matéria o entendimento dos índios como grupo e o sentimento de pertencimento de cada integrante a essa cultura.

⁶ Livro nº 144. Registro de Ofício da Presidência dirigido ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – 02/01/1872

Diante de tantas provas documentais da repressão a essas identidades étnicas, o trabalho que será descrito adiante foi realizado porque há ainda um déficit de registros com pontos de vista simpáticos e ao mesmo tempo bem fundamentados sobre a causa indígena, sobretudo no âmbito da imprensa de massa.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

A apuração da matéria “Onde a história é oca” partiu, primeiramente, de pesquisas utilizando documentos históricos e estudos que tratam ou fazem abordagens sobre a questão indígena, muitos dos quais uso como referências bibliográficas neste trabalho. A própria idéia da pauta surgiu a partir de informações encontradas em documentos do século XIX preservados no Arquivo Público do Estado do Ceará, que serviram como base para todo o estudo e apuração que seriam realizados posteriormente.

Tais documentos forneceram o aporte necessário para relatar épocas e acontecimentos que não foram vividos pelos repórteres nem costumam ser mencionados em livros de História. Comprovada a tese de que os índios, assim como todos os outros povos que ocuparam o território brasileiro ao longo dos últimos cinco séculos foram, sim, sujeitos ativos na construção do país, podemos dizer que a documentação cumpriu sua função de “auxílio à fundamentação do tema de que trata a reportagem, sobretudo na matéria de profundidade e em especial a que focaliza mais a situação e a questão do que o fato ou o acontecimento isolado” (LIMA, 2008, p.52), o que sustenta a reportagem como jornalismo interpretativo, além das abordagens também interpretativas de boa parte dos estudiosos aqui citados em suas respectivas áreas.

Munidos de referenciais teóricos relevantes, os repórteres marcaram uma entrevista com dois historiadores, ambos funcionários do Museu do Ceará: Alexandre Gomes e João Paulo Vieira. Além de esclarecer questões relacionadas à memória indígena, os depoimentos também debateram o que seria de fato a história oficial, segundo eles, apenas uma versão dos fatos, conceito este que por esta razão mesma deve ser diferenciado do termo “História”. Os próprios meios que um povo utiliza para contar sua história podem ser culturalmente insignificantes para outro, que já testemunha como documentais objetos e fatos presentes em museus, e não transmitidos por oralidade ou tradição, por exemplo. Indubitavelmente, a maioria dos observadores não pode dizer com certeza que determinado artefato, rito ou história existe desde tempos tão antigos quanto se relata, pois tudo o que se pode vivenciar é o relato sobre patrimônio cultural ali presente. Conforme as reflexões de Ecléa Bosi sobre memória social:

“Quando um acontecimento (...) mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a esse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais” (BOSI, 2003, p.22).

A etapa seguinte da apuração foi visitar de fato uma aldeia indígena durante um período prolongado para conversar com alguns de seus membros sobre a vida na aldeia, o entendimento de si como índio e da própria cultura. Por questões de proximidade geográfica e maior facilidade de contato, a aldeia escolhida foi a dos índios Tapeba, localizada no município de Caucaia, no Ceará. Os testemunhos compartilhados pelo artesão tapeba Nemias Teixeira e por Aluiso Tapeba, funcionário do Centro Cultural Tapeba, foram, conforme esperado, os que mais acrescentaram à reportagem, com relatos de suas experiências de vida e por encarnarem aquilo que vinha sendo estudado até então: a plena vivência da cultura indígena mesmo em meio a celulares, site da tribo na internet e contato constante com indivíduos de fora da tribo. Ou, nas palavras do próprio Aluiso: “Nenhum povo, indígena ou não, permanece da mesma forma que vivia há 500 anos. Hoje, é impossível para um índio andar nu por aí. Se ele fizer isso, ou vai ser preso ou vai ser chamado de doido” (TAPEBA In: CASTELO e MAIA, 2008).

O valor presencial da apuração também pode ser observado nas próprias páginas contendo a matéria no jornal. Pelas visitas terem ocorrido num dia em que parte da tarde era dedicada à execução de rituais sagrados no Centro Cultural da tribo, elas proporcionaram um belo material fotográfico que funciona, como chamou McLuhan (1973), como uma prótese dos sentidos. Isso devido ao fato de convidar o leitor a uma contemplação imagética do que está dito na reportagem por meio de três fotos.

Na principal, enfatiza-se a manutenção da cultura indígena ao longo de gerações, ao retratar em profundidade três índios de gerações diferentes. Abaixo dela, a foto de Aluiso trajando as vestes tradicionais que a tribo usa nos rituais sagrados contrasta com a calça jeans que o índio usa por baixo da indumentária, conotando as mudanças sofridas pela cultura indígena e que esta não deixa de ser nem cultura nem indígena por causa disso. Por último, no canto superior direito da página, a foto colocada sobre a coordenada registra os membros da tribo em meio a um de seus rituais sagrados.



5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Além do material fotográfico, outras potencialidades informativas foram exploradas, como duas peças, uma de “saiba mais”, que explica o funcionamento do Centro de Produção Cultural Tapeba; e outra de “serviço”, que tem por objetivo divulgar pessoas, organizações ou entidades relevantes no assunto tratado. No caso de “Onde a História é oca, foram citados o já referido Centro Cultural e o Museu do Ceará.

Além delas, uma outra peça, esta de “opinião”, foi empregada para acrescentar o ponto de vista do pesquisador de história indígena e Mestre em História Social Lígio Maia, que escreveu especialmente para o jornal o artigo “Do vazio significante à afirmação identitária”, no qual conclui que “hoje, estamos diante de um fenômeno social da maior relevância: a afirmação de um modo de vida que, apesar de ter sido transformado com o tempo e não ser mais o mesmo, continua tendo um valor social e simbólico distintivo” (MAIA In: CASTELO e MAIA, 2008).

A própria condução da reportagem busca seguir essa lógica linear, separando por meio de intertítulos as fases históricas mencionadas pelo pesquisador, de silenciamento e posterior afirmação da identidade étnica dos índios.

6 CONSIDERAÇÕES

Numa reportagem que pretende abordar questões históricas partindo de interpretações diferenciadas do usual e de forma mais aprofundada sob perspectivas polêmicas dentro da própria História como ciência, é essencial para os que realizam a consciência de que:

“o trabalho jornalístico (ou do historiador) será o de explicar, da melhor maneira possível, o encadeamento dos eventos que produziram um fato considerado relevante. (...) Se não há uma única ‘verdade histórica’, isso não significa que qualquer versão seja aceitável como ‘verdadeira’” (ARBEX JR., 2001, p. 108).

A matéria, portanto, traz uma alternativa às verdades impostas e carentes de maior análise e fundamentação que dominam os canais de comunicação e preservação histórica de nossa sociedade. Tais canais já se mostraram passíveis a manipulações e construções de realidades convenientes para quem os controla. O mito absurdo do desaparecimento dos índios no Brasil é um exemplo disso, porém, é com a apropriação desses meios, e não o boicote a eles, que podemos de fato vislumbrar progressos nos espaços em que operam.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JR., José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CASTELO, Caio e MAIA, Raquel. **Onde a história é oca**. *Jornal Sobpressão* nº15, jun. 2008, pp.6 e 7.

COSTA, João Paulo Peixoto. **De arco, frecha e surrão: o índio do Ceará na Revolução Pernambucana de 1817**. In: Márcio de Souza Porto (org.). *Documentos*. Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

LEITE NETO, João. **Índios e Terras – Ceará: 1850-1880**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. São Paulo: Manole, 2008.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media**. Londres: Abacus, 1973.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1970.

SCHLESINGER, Philip. **Os jornalistas e a sua máquina do tempo**. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.

SILVA, Isabelle Peixoto Braz da. **Vilas de índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

WEBER, Max. **Comunidades étnicas**. In: *Economia e Sociedade*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1974.